

CONFERÊNCIAS

DA UTILIDADE DA HISTÓRIA (*).

Tenho que confessar de início que não foi sem certo temor que abordei o assunto e escolhi a epígrafe. Pareceu-me mesmo temerário semelhante tema, vivendo eu num tempo em que a utilidade das coisas parece medir-se por um único padrão.

Pondo, entretanto, de parte aquêles receio inicial, eu me decidi, creio que por uma só razão: a de dar resposta a uma indagação formulada a mim mesmo; não havendo encontrado essa resposta, prontamente, esforcei-me por alcançá-la e, se não fôr demasiada pretensão minha, creio que a consegui, sendo a mesma que neste modesto trabalho exponho.

Dizendo assim de momento as razões, creio que fugirei a divagações desnecessárias, que muitas vêzes confundem em vez de esclarecer.

Não deixarei, porém, de acrescentar que como estudioso da História e seu modestíssimo cultor, jamais duvidei de que esta fôsse útil; mas a verdade, entretanto, é que não havia, antes, tentado justificar essa utilidade, para responder de pronto a qualquer indagação estranha.

Confessemos, desde já, que o tema não é simples e que há diversas vias a seguir, cada uma com tantas encruzilhadas que assemelham labirinto, onde dificilmente se atina com a saída.

Reduzindo-o, porém, às proporções convenientes, o que se torna necessário por questão de coerência e de método, eu enuncio os dois sustentáculos da minha dissertação e que são os que se adivinham pelo título:

1.º — **O conceito de utilidade** nalgumas das suas formas mais entendidas sem me ater, contudo, a um só sentido, re-

(*) — Conferência proferida em 15 de maio de 1964 no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, sob os auspícios da Sociedade de Estudos Históricos (Nota da Redação).

ceando, apenas, que vá longe demais na análise do conceito; creio, entretanto, que poupando espaço não me tornaria suficientemente claro;

2.º — **O conceito de História**, simplesmente nas expressões mais usadas, mesmo que tenha de referir algumas outras menos lembradas.

Evidente se torna que a enunciação ou mesmo a análise dos dois conceitos não é suficiente para responder à indagação feita; há que atender, ainda e cuidadosamente, aos liames, para o que surgirão, creio que na hora própria, os conceitos subsidiários, com que tentarei a ligação daqueles conceitos primeiros.

Começando por falar, para o analisar nalguns dos seus ângulos, do conceito de “utilidade”, que pretendo agregar ao conceito de “História” para verificar as relações de conveniência ou desconveniência entre os dois, permitasse-me antes uma observação: que não vou, neste trabalho, entrar em linha de conta com a concepção de “História Pragmática” ainda que esta possa figurar nas formas de História que se apresentam com o cunho de útil pelas lições que ao Homem ministra, segundo já o pensamento de Tucídides, historiador de há vinte e tantos séculos e cujas idéias estão insertas na sua obra, onde nos diz textualmente:

“acaso seja a minha obra pouco atrativa pela circunstância de nada contar de lendário, basta-me que se reconheça a minha obra útil se se desejar alcançar um claro conhecimento dos acontecimentos passados e, graças a êles, compreender bem aquêles processos segundo o curso das coisas humanas, que se podem dar de novo no futuro, do mesmo modo ou de maneira semelhante”.

Sendo esta a dominante da sua História, que êle escrevia sem “nada de lendário”, Tucídides preocupava-se em que fôsse conhecida, especialmente pelos **estadistas**, visto ser o ensinamento político ideal.

A expressão “História Pragmática” foi empregada com a propriedade devida por Políbio, dois séculos depois daquele autor a ter ensaiado.

E Políbio adiantava que assim se chamava pelos **ensinamentos úteis** que dela poderiam advir, não só aos políticos, como também aos militares.

Foi por este préstimo se designou mais tarde de **magistra vitae**, idéia que os estóicos aproveitaram para tentar fazer uma “filosofia de exemplos”.

Não é porém, como dissemos, a concepção de “História Pragmática” que nos propomos analisar aqui; isto pela razão de que o campo da História, no seu mais lato sentido, não se limita a ser conhecido e aproveitado pelos estadistas e militares, a quem possa servir de ensinamentos; e, ainda que estas profissões não sejam incompatíveis com a de historiador, a verdade é que, hoje, a grande maioria dos historiadores nem são militares nem são estadistas.

*

Iniciando, então a nossa palestra pela enunciação do vocábulo “útil” e do seu derivado “utilidade”, diremos que os mesmos correspondem a conceitos que, como diríamos em Lógica, são de grande extensão, o que dificulta a sua compreensão. Todos, porém, entendemos, no seu sentido comum, o que significa a palavra “utilidade”, que qualquer dicionário nos ensina como uma **qualidade** do que é útil; é ainda o mesmo dicionário que nos esclarece dizendo que “útil” é aquilo que serve para alguma coisa.

Não nos interessa, no presente caso, ir até à etimologia do vocábulo, o que seria um preciosismo indesejável; interessa-nos, apenas, ter presente que a mentalidade dos nossos dias está imbuída dessa noção ou conceito de que o dicionário nos dá o significado; e interessa-nos saber, ainda, que, não raro, algumas atividades nossas são pautadas pelo mesmo conceito, de tal forma que, antes de nos dedicarmos a elas, fazemos previamente as perguntas: “De que me serve”? “Que vantagens me traz”?

Não é inusitada esta característica da mentalidade hodierna; e, o que é mais grave, não se limita a determinadas ocupações; nem se limita a certas classes; nem se limita a alguns indivíduos. Tomou conta de tôdas as mentes, desde as mais moças. Creio mesmo que o utilitarismo é um dos mais graves atavismos dos nossos dias. Desde a juventude, o homem, que pretende alcançar a estrada plena da vida, escolhe o caminho mais fácil para ali ter acesso e, muitas vezes, nem se dá ao trabalho de remover os escolhos, deixando para os outros essa tarefa.

Também, muitas vezes, o que procura usufruir da vida são as vantagens, e só estas, sem cuidar de temperar o ânimo e o caráter, vencendo as contrariedades ou as dificuldades; o que almeja é sempre o cume, sem cuidar de se aclimatar pelo caminho ou de saber se o clima lhe é conveniente e mesmo próprio. E, dada uma outra característica bem acentuada de nossos tempos, o que mais lhe apetece usar, como não podia deixar de ser, são, quase sempre, os bens materiais que parece constituírem a meta final de todas as atividades.

Para alcançá-los cala-se tantas vezes a vocação; com ou sem esta escolhe-se uma ocupação que dê mais vantagens; que dê mais segurança. Interessam, sim, os lugares bem remunerados onde haja mais rendimento com menor esforço.

Não negamos que ainda se encontrem umas tantas exceções; mas estas não são a regra geral, nem são as melhores aquinhoadas, ou as mais prestigiadas.

E se alguém pusesse em dúvida esta minha afirmação eu poderia aqui recordar, de Rui Barbosa, a "Oração aos Moços".

E' universal esta mentalidade; por via disso diremos: é humana. Em grande número de casos a profissão escolhe-se pela remuneração, calando-se as aptidões, as inclinações, a vocação. Eu recordo ter lido, que um dia, na severa Inglaterra, se cuidava de aumentar os vencimentos do astrônomo chefe do observatório de Greenwich a um nível compatível com a sua posição.

Sabedor disto, o próprio interessado escreveu ao monarca reinante, aconselhando-o a proibir tal desmando, pois que, dizia êle em sua carta:

"se V. Alteza Real pagar vencimentos condignos não mais terá astrônomos no observário, mas, simplesmente, funcionários".

À parte êstes relatos, cada um de nós poderia apresentar um exemplo experienciado.

De minha parte eu tenho visto em Associações de Pais e Mestres, duma das quais faço parte, na qualidade de pai, debaterem-se problemas referentes a alunos de escolas, nos quais estão implícitas, necessariamente, questões relativas ao futuro dos escolares; ali se apresentam, por vezes, casos característicos a revelarem quão impregnada está a mocidade desta mentalidade utilitária; e recordo, ao acaso, um aluno que tinha feito um "teste" vocacional de que conhecera o resultado. Esse "teste" dava-o apto e bem capacitado para dois ou três cur-

sos universitários. E a angústia do aluno era saber qual escolher, não em face da sua inclinação íntima, mas em função das vantagens de emprêgo que com esses cursos pudesse obter.

Cada um de nós conhece um exemplo destes. Sabemos mesmo de alunos de Escolas Superiores que têm desistido de carreiras universitárias para disputarem um lugar de Fiscal de Impôsto de Rendas.

Não há necessidade de me alongar em citações desta natureza. Pelo que expuz percebe-se bem o que se considera “útil” em nossos dias e que é aquilo, exatamente, que dá vantagens materiais; e a utilidade de um “mester” afere-se por estas vantagens materiais.

Bem pode ser que êste seja o sentido vulgar daqueles vocábulos; mas podemos verificar o sentido “erudito” dos referidos têrmos.

Isto porque não é só no domínio das atividades vulgares que se observa a preocupação de fazer útil uma coisa, segundo os conceitos que acabamos de observar. Os significados de útil e utilidade invadiram todos os campos e até o filosófico, o campo da Filosofia, cuja atividade começou quando o homem se entregou a um “ócio” meditativo ou a uma meditação designada ociosa. “Ócio” era a palavra própria empregada para indicar os que, destacando-se da maioria dos viventes, se entregavam a um labor que em tudo diferia das atividades dos seus semelhantes ao prescrutar as coisas ultra-terrenas.

Mesmo neste domínio, dizia eu, os conceitos de “útil” e “utilidade” estão presentes, ao menos por esforço de alguns pensadores e o sentido que muitos lhe dão não é de todo diferente daquele que consideramos acima.

Lembramos aqui o contributo que para isso deu o Pragmatismo americano pôsto em letra de fôrma por William James.

Êste autor, mesmo no domínio do abstrato, no domínio das idéias, não considera o ponto de vista do progresso intelectual, mas o ponto de vista da utilidade — é êle próprio que fala de utilidade — para aperfeiçoamento moral.

Podia ver-se nesta sua disposição um desvirtuamento, em si, da idéia, mas não é isso que propriamente acontece; o desvirtuamento vem com os seus discípulos, tornando-o portanto a êle o responsável pelo sentido utilitário das suas teorias.

Operário das idéias era no domínio filosófico que o pensador norte-americano lançava o seu conceito de utilidade. E, quando buscava o significado de Verdade — uma das pedras

de toque do domínio filosófico — êle fazia essa verdade igual a utilidade embora quisesse expressar no campo moral. Insinua mesmo que o Homem não é um ser teórico ou pensante, mas um ser prático de vontade e ação, que, em última análise, investiga a verdade para orientar-se na realidade.

Limitando-se a êste campo, as objeções que pudessem levantar-se, ainda que fôsseem algumas, nem seriam graves, mesmo que pertinentes. Mas lançou uma semente e os frutos degeraram.

Prova-o o trabalho de Jorge Simmel, **Filosofia do dinheiro**, cujo pragmatismo, se o não adivinhássemos pelo título, podíamos encontrá-lo nesta afirmação:

“a verdade das representações está naquelas que resultam motivos de ação”.

E' certo que nem só ao americano William James se pode atribuir a responsabilidade pela introdução, a parecer descabida, do vocábulo “útil”, no domínio filosófico, no domínio do pensamento puro, pensamento que, desinteressada e insistentemente, vem buscando a Verdade, através dos séculos, simplesmente pela satisfação de encontrar essa Verdade, que o Espírito, sempre inquieto e sempre insatisfeito, pôs à consideração do Homem, como se com êle se identificasse.

Também na Alemanha encontramos, pelos princípios do século, um pensador que, partindo da idéia naturalista, chega a afirmar que a Verdade não é um conceito teórico, mas, apenas, uma expressão para designar utilidade. Êsse pensador é Nietzsche. E diz-nos textualmente:

“a falsidade de um juízo não é uma objeção contra êsse juízo; a questão está em saber até que ponto êle estimula a vida, conserva a vida”.

Na seqüência dêste pensamento está Vaihinger, seguidor do mestre e que afirma

“ser o homem, antes de tudo, um ser ativo e que o intelecto não lhe foi dado para conhecer a Verdade; mas simplesmente para atuar”.

Tomados na sua acepção mais simplista não veríamos algo de extraordinário nestas afirmações, mesmo quando nos dizem que a Verdade é uma expressão para designar utilidade. Mas se o dizê-lo é de certa maneira inofensivo, não o consideramos assim, quando dito de certa maneira.

Em determinado sentido, Verdade e Utilidade são dois vocábulos que se não repudiam. E aí de nós se não concordássemos em que a Verdade é Útil.

Mas entre considerá-la útil ao Homem, que se esforça por alcançá-la ou considerá-la útil para promoção pessoal, na ordem material, há uma distância enorme.

Ninguém pode negar os progressos intelectuais do Homem, desde o dealbar do pensamento, na preocupação constante de chegar à Verdade pelo seu esforço próprio. E neste esforço, que promoveu o seu progresso intelectual, está a razão primeira da sua utilidade.

Mas considerar Útil essa Verdade, no sentido de “conservar a vida e estimulá-la” — como diria Nietzsche; ou considerar o intelecto, não como instrumento de busca da Verdade, mas como instrumento para atuar, quando esse atuar significa alguma coisa que estimula a vida, que é simplesmente material, cremos que se está a negar toda a História do progresso cultural da Humanidade; está mesmo a esquecer-se que pela Verdade muito arriscaram a vida e muitos outros a perderam.

*

Resumindo, podemos afirmar que o conceito de “útil”, em sentido comum, invadiu todos os domínios e afetou todas as hierarquias. Não é apenas ao jovem sedento de vida que a utilidade de uma coisa, de uma ação ou de um proceder, põe problemas; também ao homem já maduro põe esse problema, ainda que numa escala mais elevada, num conceito de certa maneira sublimado.

A degradação dêsse sublime pode, entretanto, chegar ao vulgar e a hierarquia inteira é afetada. Os exemplos acima estão apontados e nem podemos olvidar o pragmatismo jammista nem o utilitarismo nietzschiano.

Não devemos negar que há um domínio prático onde o útil se põe em primeiro lugar; **primum vivere, deinde filosofare**.

Temos porém de admitir um campo, que poderíamos chamar de contemplativo, meditativo, que forma o seu mundo noutra linguagem que não é o que entendemos por prático.

Não que sejam antagônicos estes dois campos; cremos mesmo que se completam. Mas enquanto que primitivamente o Homem se entregou a um “ócio” para se elevar ao meditativo, depois de plenamente integrado nesse domínio, dá a im-

pressão que se esforça por abandoná-lo para decair até ao campo de ação útil.

Das nossas disciplinas; das disciplinas do mundo atual, algumas requerem cuidadosa meditação; independência de postulados de ordem prática, ou mesmo renúncia. Mas o mundo febricitante dos nossos dias opõe-se, grandemente, a essa renúncia e a essa independência.

Mesmo o saber mais puro — puro no sentido de desinteressado — é hoje defendido no sentido utilitário; não no sentido do aperfeiçoamento do Homem, mas no sentido de sua aplicação ao “fabricismo” atual. Confirmando, poderíamos indicar aspectos do pensamento dalguns dos filósofos de nossos dias e entre êles Bertrand Russel.

*

Dou aqui por terminada, não por esgotada, a análise do conceito que eu enunciei como um dos pontos de referência da minha dissertação e que é o conceito de **Utilidade**.

Abordo agora o segundo, o conceito de **História**, no que, creio, serei mais breve.

Interessa, para o nosso fim, considerar simplesmente a designada pelos autores, **História Subjetiva** e considerada **História Ciência**, pondo de parte aquêles outro conceito de **História Objetiva** que os mesmos autores enunciam.

Não é que esta última seja de desprezar, numa conceituação aprimorada sôbre História; mas o fato de se considerar como seu conteúdo, segundo acentuam, o **ocorrido**, o **sucedido**, fazendo dêsse **sucedido** ou **ocorrido** algo de substância característica, que pode levar a uma espécie de Ontologia — se a palavra aqui não destoa — nós vamos manter-nos à distância dêsse risco.

O que consideraremos, apenas, é a História Subjetiva, aquela História filtrada pelo conhecimento do historiador e que se constitui, segundo muitos, e nós entre êles, em Ciência Histórica.

Esta nos interessa agora, como **conhecimento certo**, ainda que com alguns matizes, pois que só assim, certamente conhecida, é Ciência.

Bastaria definir Ciência segundo os tópicos da Lógica e logo veríamos que a História se enquadra, com suas características, na definição.

Eu sei que esta posição poderia, entre nós, os presentes, dar lugar a discussões. Evitêmo-las, porém, neste assunto, onde os pareceres são muitos e as discordâncias outras tantas;

preferimos refletir um pouco para, concluir, creio que coerentemente: por mais opostas que sejam as posições dos Historiadores ou metodologistas; por mais conceitos que nos ofereçam, inovando ou regredindo, num ponto estão de acôrdo: são unânimes em afirmar que a **História é o estudo do passado**.

Aceitamos sem restrições esta afirmação; e ainda que tenhamos que circunscrever êsse passado ao Homem, ao Homem como ser social, a verdade é que a História se refere ao passado, próximo ou remoto, mas sempre o passado.

Isto, sem dúvida, por que o presente é um elemento fugidio, sem possibilidade de fixação, a servir de referência entre aquêle passado e o futuro que não pode fazer parte da História.

Creio, então, que temos sôbre a História um conceito basilar e que serve à nossa dissertação: História — estudo do passado. Ninguém de bom senso o vai negar; ninguém afeito às lides históricas o vai conscientemente desmentir.

E' certo que dentro desta afirmação caberiam um sem número de considerações; por estas mesmas considerações, milhares, senão milhões de páginas, têm sido escritas, muitas delas devidas a homens de talento especial. Mas nós vamos ficar livres dessas considerações que a nossa direção é outra.

Queremos, sômente, insinuar, não demonstrar, que a demonstração nos levaria longe; queremos, apenas, insinuar, dizíamos, que a História, sendo um **conhecimento certo** se aproxima da Ciência, já que tôda a Ciência tem, como primeira característica, ser também um conhecimento certo.

Mas se isto não bastasse para a rotular de Ciência diríamos ainda que a História tem um objeto próprio, métodos adequados, processos eficientes e uma disposição metódica a aproximá-la muito do proceder científico.

Daqui a afirmar que é uma Ciência, ainda que uma ciência **suū generis**, vai um passo apenas; mas não o afirmaremos senão provisoriamente, pois alguém poderia defender, com argumentos de pêso, que a História não é uma ciência e não está no nosso interêsse discutir esta questão.

Interessa-nos, sim, entender que nos fornece um conhecimento certo e que êsse conhecimento se refere ao passado.

Estamos nós, portanto, e segundo creio, de posse de um conceito de História, ainda que genérico e, por isso mesmo, um tanto vago, que nos indica na perspectiva mais ampla o seu conteúdo. Dêsse conceito, também é crença minha, apreendemos o seu objeto.

Lembremos, agora, aquêles meu propósito inicial, quando disse que iria pôr em confrônto os dois conceitos a verificar as relações de conveniência ou desconveniência entre êles. Aí estão, portanto, ambos:

O conceito de “utilidade”, sôbre o qual discorri e que em linguagem vulgar quer, apenas, significar uma qualidade do que é útil, a servir para alguma coisa;

O conceito de “História” que prontamente refiro como sendo o estudo das coisas do passado.

*

A História pertence o estudo do passado.

Que de argumentos não precisaríamos para convenceremos da sua **utilidade** a Nietzsche; ou a Vaihinger; ou a Jorge Simmel; ou mesmo a William James. Sim, porque a História, fazendo do passado seu objeto, nem “estimula ou conserva a vida”; nem “serve ao Homem para atuar”; nem “resulta em motivos de ação”; nem mesmo serve àquêles pragmatismo de William James.

Quem sabê se os autores referidos, por todos os motivos, me aconselhariam a abandonar o propósito de relacionar o conceito de **utilidade** com o conceito de **História**, visto que esta não ficaria favorecida, mas antes diminuída, por suas concepções.

E creio bem que melhor favor não teria a nossa disciplina da parte dos menos eruditos, quando tomassem conhecimento de que é o passado o denominador da História.

Na verdade, que vantagens pode trazer o **passado**? Qual a **utilidade**, próxima ou remota, dêsse passado que não mais será em nosso mundo, que não mais estará ao nosso alcance e que, de forma alguma, jamais fará parte da nossa vida como elemento que se aproveite para atuar vantajosamente?

Quase me deixo contagiar por estas indagações e, ampliando os conceitos eu os refiro a quem êles dizem mais diretamente respeito.

A História se faz com documentos que também são elementos do passado; e o historiador que os maneja, que os sacode do pó dos séculos, tendo que, por vêzes, freqüentar, para isso, instalações que não primam pelo confôrto, que vantagens colhe? Que se oferece a êsse homem abnegado, que se embrenha, tantas vêzes, em labirintos, verdadeiros quebra-cabeças, para passar horas de desconfôrto, removendo estan-

tes, prateleiras, gavetas, códices em arquivos, ou bibliotecas, ou museus? Quais as suas vantagens? De que forma é **útil** para êle a História, naquele sentido que atrás referimos?

Parece não haver aqui alternativa. E parece até que terei que concluir que a História não se apresenta de qualquer utilidade, ao menos pelos conceitos que acima enunciei e daí concluir que não tem a História algum Valor.

Eis, porém, uma palavra nova em minha dissertação: a palavra **Valor**. Podem, entretanto, crer que não foi inadvertidamente que a empreguei, foi mesmo propositadamente.

Não é nova a palavra nem o conceito que suscita; mas data de pouco tempo a estruturação dos **valores** numa disciplina chamada Axiologia.

Curioso para nós é saber que os Valores, pelos ensinamentos dos axiólogos, são qualidades das coisas e não “entes em si”.

Mas, se são **qualidades**, nós estamos desde o início à beira da Axiologia, pois que, ao definirmos **utilidade**, pelos ensinamentos do dicionário, dissemos ser uma **qualidade** do que é útil.

A ser assim, eu posso substituir aquela pergunta que há pouco fiz, “qual a utilidade da História”, por esta outra que lhe é equivalente e que em nada altera o seu conteúdo: “qual o **valor** útil da História”?

E perguntar “qual a utilidade” ou “qual o valor útil” bem creio ser uma e a mesma coisa se eu domino bem a língua em que me exprimo e se domino, ainda, os ensinamentos da Axiologia.

Mas formular a pergunta, dando-lhe a segunda forma estou em crer, também, que um nôvo horizonte se descortina, bem mais vasto, bem mais amplo e que é de tôda a conveniência prescrutar. Talvez que não dê uma solução definitiva no campo da História, a contento de todos, mas isto nem à História interessa; como para qualquer disciplina teórica é mais importante o alargamento do campo de investigação do que soluções definitivas.

Voltando, porém, ao ponto central da nossa questão, atendamos à pergunta formulada: “Qual o valor útil da História”?

Se eu quisesse responder de momento, eu me socorreria daquelas noções de História Pragmática, que atrás referi e que veem desde Tucídides e Políbio. Mas ao final ver-me-ia constrangido, porque aquêles autores aconselhavam aos polí-

ticos e aos militares o culto da História, para quem podia representar utilidade.

Que me conste, entre nós nem temos militares nem políticos e por essa razão não conseguiria, ao fim duma justificativa nestes moldes, provar que a História fôsse útil. Além do mais eu propus-me, no início, não entrar em linha de conta com a denominada História Pragmática.

Então a pergunta subsiste.

Creio, porém, que me é lícito não responder de imediato e, em vez disso, eu faço uma outra indagação, na continuação daquela pergunta e que a mesma me sugere: “Há outros valores que não sejam os úteis”?

A ser assim, a haver outros valores além dos “valores úteis” pode muito bem ser que a História se integre numa outra classe que pode até ser superior à daqueles e dêles participar, mesmo indiretamente.

Neste ponto teremos que pedir o auxílio dos axiólogos, dos filósofos dos Valores, para que nos elucidem na questão. Bem claro que não vamos aqui socorrer-nos de tudo que nos possam ensinar; vamos apenas, por intermédio dos mestres, ensaiar uma hierarquia de Valores para podemos ver:

1.º — em que lugar dessa hierarquia se situam os “valores úteis”;

2.º — se dentro dessa mesma hierarquia encontramos alguma outra categoria de valores onde possamos incluir a História.

Ensaçando, então, a hierarquização, vou auxiliar-me dum dos autores mais objetivos, mais sinceros e talvez dos mais competentes, que é o alemão Max Scheler.

Dissemos já que os Valores se caracterizam por serem qualidades das coisas, dos objetos, qualidades que são objetivas, querendo isto dizer que essas mesmas qualidades não dependem de mim ou do meu julgamento, porque se dependessem, ao invés de objetivas, seriam subjetivas.

Então esta primeira noção de Valor torna-se bem clara para nós e pode resumir-se numa afirmação: os objetos possuem qualidades que, quer eu as perceba, quer não, são qualidades.

Já sabemos que é uma qualidade da História que estamos buscando quando perguntamos pela sua **utilidade**; tanto assim é que de início definimos utilidade como “uma qualidade do que é útil”.

Posto isto, ensaiemos então a hierarquia dos Valores, seguindo Max Scheler, como havíamos proposto.

Este autor em sua obra "O formalismo em ética e a ética material dos valores" dá-nos a classificação desses "objetos peregrinos", desde os que considera mais valiosos aos menos valiosos. Em primeiro lugar coloca os que considera mais elevados na hierarquia, como não podia deixar de ser, e que são os Valores Religiosos; em ordem decrescente veem a seguir os Valores Éticos; os Valores Estéticos; os Valores Lógicos; os Valores Vitais e, finalmente, em último lugar, os Valores Úteis.

Há outras classificações além da de Max Scheler; há mesmo diversas e nem todos os autores põem por esta ordem hierárquica os Valores. Mas isto não o discutiremos agora aqui; o lugar dêles na hierarquia não afeta o nosso problema.

Vamos antes, sumariamente, ver como se entendem alguns destes Valores ou, o que é o mesmo, a que objetos pertencem os Valores que declaramos em cada degrau da hierarquia.

Começando pelos Valores Úteis, podemos dêles dizer como os axiólogos: são o fundamento de economia; o próprio economista lida constantemente com êles, ainda que desconheça o conceito de Valor, axiológicamente considerado.

E a nossa vida quotidiana está impregnada destes Valores, tenhamos ou não disso consciência. E' o caso de no ato de compra de um objeto preferirmos êste, àquêle outro, por diversas razões e, ainda, por uma que consideramos especial: o seu custo ou preço, que em grande número de casos decide da minha preferência.

Na joalheria, o vendedor me apresenta dois relógios; um de ouro e um de aço. Qualquer dêles, indistintamente, tem utilidade para mim, tem o seu Valor Útil; mas eu prefiro o de aço porque está de acôrdo com a minha economia.

Logo, posso dizer com os axiólogos: êstes Valores, nalguns casos ao menos, são o fundamento da Economia.

Aliás, quando referi o conceito de utilidade em sentido vulgar, eu fiz referência aos sentidos mais correntes e constantes, chegando à afirmação de que a utilidade de um "meter" se avalia em muitos casos pelas "vantagens materiais" que oferece.

Passemos, entretanto, êste breve apontamentos sôbre os Valores Úteis e consideremos, a partir de agora, a análise,

também elementar, do outro grupo da Hierarquia, que designamos de Valores Vitais.

Estes Valores dizem respeito às formas e modos de vida, seja no que concernem a hábitos de alimentação, de vestir, de viver social, como cerimônias ou trato com o semelhante; sejam, ainda, as atividades, desde os desportos e jogos às atividades rotineiras. Todos estes elementos e muitos outros que fazem parte da vida do indivíduo e dos povos, se baseiam em conceitos que, seriados, nos dão um grupo de Valores ditos de Vitais.

A sua consideração por nós, neste momento, não representa grande contributo ao nosso tema, razão por que não nos alongaremos mais.

De seguida veem os Valores Lógicos, que, pelos ensinamentos dos axiólogos, diremos, de momento, que servem de base à Lógica; depois estão os Valores Estéticos, que servem de base à Estética; os Valores Religiosos, sobre os quais se estruturam as religiões.

Evidente que para nós, agora, estão fora de cogitações os Valores Religiosos, os Valores Éticos e os Valores Estéticos já que, de forma nenhuma, as suas características servem à História que nem é Religião, nem é Moral, nem é Estética.

Restam-nos da Hierarquia os Valores Úteis; os Valores Vitais e os Valores Lógicos.

Creio bem que não poderei incluir a História no domínio dos Valores Úteis, quando já enunciei que são — em certa forma, ao menos — o fundamento da Economia, ou do proceder econômico individual; eu tenho mesmo, para mim, a convicção que a História não se alia ao *modus faciendi* dos Valores Úteis, já que não é alguma coisa que se use, que se apreze ou se adquira à maneira dos objetos da vida corrente.

Daí por que se conclua que a História não pertence a este primeiro grupo da Hierarquia dos Valores e que eu disse, seguindo Max Scheler, o mais baixo, querendo com isto significar o menos valioso.

Mas creio que também não posso incluir a História na classe dos Valores Vitais já que não são as atividades, como os jogos e os desportos; ou as cerimônias; ou a indumentária que me podem dar a craveira certa para medida justa das concepções da História, mesmo que estes assuntos lhe possam servir de tema.

Assim, não se confundindo com os Valores Úteis, fugindo, por essa razão, ao último lugar da Hierarquia; e furtando-se

aos Valores Vitais, só nos restam, por exclusão de partes, os Valores Lógicos dos quais julgamos participar a História.

*

Dissemos acima que o conjunto de Valores Lógicos servem de fundamento à Lógica e nem poderia ser de outra maneira.

Esta a podemos definir, sem mais delongas, como a “ciência do pensamento correto”, lidando com os princípios do pensamento, sejam os “primeiros princípios”, evidentes por si mesmo e sem necessidade e possibilidade de serem demonstrados; sejam os princípios subseqüente que surgem por uma disposição rigorosa do pensar, nas suas formas mais variadas.

O pensar é uma operação necessária ao Homem e a matéria da Lógica é o pensamento racional e, ainda, a sua aplicação à descoberta e demonstração da Verdade das coisas.

O Homem “é um animal inquieto em busca de causas”, dizia o Filósofo e a própria causa do seu viver é um enigma que teima sempre em desvendar.

Percebe que o atual deriva do passado e êle nunca entenderia a sua “atualidade” sem se debruçar sobre as causas que o originaram.

Talvez por isto mesmo faça História;

talvez por isto mesmo faça Ciência.

Ciência e História são construções suas, da sua mente, do seu pensamento racional.

Entendamos, porém, que não foi logo que surgiu que o Homem começou a fazer Ciência; isto só o conseguiu num estado avançado da sua mentalidade.

Antes, com a atuação, mesmo precária, do seu pensamento tinha conseguido prever os dias que se seguiam àquêle em que vivia. E a criação de gados; e as culturas e sementeiras; e a invenção de utensílios, deram-lhe o primeiro lugar à face da Terra.

Já usava o intellecto.

Organizava-se em sociedades para ficar mais fortes; detinha riquezas e ensaiava formas rudimentares de economia. Chegou a possuir um saber, sem dúvida de “experiência feito” e usou, para o fabrico de utensílios, os aparatos mais necessários; era o **Homo Faber** que agia e inventava para tornar a vida mais fácil, satisfazendo Valores Vitais que lhe facilitavam o uso de alguns bens úteis (Valores Úteis) ainda

que, para isso, se servisse, rudimentarmente, do pensamento (Valores Lógicos).

Só muito depois podemos considerar o **Homo Sapiens** que se dedicava à investigação, que agia e inventava também; mas o primeiro momento dessa investigação já não era, apenas, a invenção de instrumentos e sua utilização; era, além disso, o saber que da pesquisa resultava. Usava plenamente o intelecto, sim, mas, principalmente, para meditar sôbre as coisas que o rodeavam.

Dêste comportamento resultou o saber pelo saber que na nossa tradição de ocidentais tem o seu primeiro representante em Tales de Mileto.

Para êsse saber pelo saber, o Homem teve que aperfeiçoar o instrumental de investigação de que não pode prescindir e que é o pensamento.

Daí resultou a Lógica.

*

Todo o saber, tôda a Ciência, tem os seus fundamentos primeiros na Lógica.

Isto por que a Ciência ou o saber só se conseguem à custa do pensamento, do pensamento racional, sem vícios e sem erros, que a própria Lógica se encarrega de denunciar.

E esta afirmação é tão elementar que nem necessitamos de demonstração para a entender.

Mas se é válida e se na verdade tôda a Ciência tem ali os seus fundamentos, eu posso então afirmar que a Ciência repousa sôbre os Valores Lógicos já que é a estruturação dêstes que tornam possível a Lógica.

Então eu posso concluir: se todo o saber ou tôda a Ciência participa dos Valores Lógicos, a História como simples saber, ou mesmo como Ciência, não dispensa êsses mesmos Valores.

E desta conclusão uma outra tiramos: que a História, hierárquicamente, está, portanto, acima dos Valores Úteis e, ainda, acima dos Valores Vitais.

Aqui, porém, não ficaria bem definida a superioridade da História.

Dizer a alguém que a História tem Valor Lógico, não evitaria que êsse alguém me formulasse de nôvo a pergunta: — Mas... qual o seu Valor Útil?

Tenho para mim, entretanto, que se podem entender bem êstes Valores nas suas relações de dependência.

E, se me é lícito abusar ainda um pouco mais da Vossa paciência, eu vou tentar enunciar essas mesmas relações; mais propriamente insinuar essas relações.

Fá-lo-ei por comparação, valendo-me de uma idéia de Augusto Comte e que lhe serviu para ensaiar uma classificação das Ciências.

Por essa classificação êle as seriou, dispondo-as por esta ordem: Matemática; Astronomia; Física; Química; Biologia e Sociologia.

Dizem os comentadores que esta classificação tem um sentido histórico-dogmático.

Em primeiro lugar atende à **ordem** do seu aparecimento, pelo menos no sentido em que se foram tornando positivas.

Em segundo atende à sua **extensão** decrescente e complexidade crescente.

Em terceiro lugar mostra a sua classificação as relações de independência, ou se quisermos de **dependência**, ensinando que cada qual depende da anterior, enquanto que é necessária à seguinte.

Pois bem; eu me atrevo a parafrasear A. Comte, ou, se quiserem, a plagiar, considerando, entretanto, que é um plágio honesto que eu mesmo denuncio.

Assim, vou colocar por esta ordem os Valores Úteis; os Valores Vitais e os Valores Lógicos e só êstes, que não precisamos de considerar os outros que não estão em causa.

Nesta disposição talvez eu queira ver a **ordem** do seu aparecimento, sendo que os Úteis apareceram em primeiro lugar, portanto primeiro que os Vitais e êstes primeiro que os Lógicos. Eu o insinuei já no decorrer da minha palestra, quando falei, parecia que despropositadamente, do **homo faber**, primeiramente, e do **homo sapiens** de seguida.

Por outra parte, talvez eu queira, também, nesta disposição, ver a **extensão** decrescente e complexidade crescente dos Valores ordenados, à maneira das ciências comteanas. E, na verdade, se repararmos bem, entenderemos, não só a grande extensão dos Valores Vitais, mas também a maior complexidade dos Valores Lógicos, porque menos extensos.

Quanto à sua **dependência**, e é esta para nós a característica mais importante, segundo penso, daquela disposição dos Valores, talvez possamos considerar que cada grupo depende do anterior, sendo por sua vez necessário ao seguinte.

A ser assim, os Valores Úteis são necessários aos Vitais e para êles concorrem, da mesma maneira que êstes são necessários aos Lógicos, para êles concorrendo também.

Então eu concludo, creio que com certa coerência: se os Valores Lógicos dependem, digamos diretamente, dos Valores Vitais; portanto indiretamente dos Valores Úteis, a questão da utilidade da História resolve-se por si mesmo.

Eu me baseio, para esta afirmação, na hierarquia atrás ensaiada quando coloquei por ordem os Valores.

Lógicos,

Vitais e

Úteis.

Pois se os Valores Úteis contribuem para os Vitais e êstes participam daqueles, também os Vitais contribuem para os Lógicos.

Logo, os Valores Lógicos participam diretamente dos Vitais; mas pela **dependência** que nêles julgo ver, também participam, seja ainda indiretamente, dos Valores Úteis.

Creio, então, que posso afirmar: os Valores Lógicos (na classe dos quais eu pretendo que a História se integre) detêm em si, por intermédio dos Vitais, algum Valor Útil.

Pergunto-me então: ter “algum valor útil” não é o mesmo que ter “utilidade”?

Neste ponto, que o tempo já vai longo, eu deixo a pergunta em aberto; creio que a cada um dos presentes lhe será fácil responder por si mesmo, se eu tive a virtude de ser suficientemente claro no decurso da minha exposição; não conseguisse, porém, a clareza que almejava, tentei ao menos impregná-la de sinceridade, pondo-me a salvo de sofismas em tema que me causou “certo temor”; e eu me permito pensar, também, que não incorri em paralogismos.

JOSE' AUGUSTO VAZ VALENTE

da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.